

Curso de Especialização Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

22deJunho de 2012

“Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado Atrasos na Justiça e Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”

SUMÁRIO

1. O prazo razoável – artigo 6º, nº 1 da Convenção Europeia
2. Critérios do TEDH para avaliar da razoabilidade do prazo
3. Necessidade de exaustão dos meios internos – A evolução da jurisprudência do TEDH no caso português
4. A ação de responsabilidade civil extracontratual é um “*recurso efetivo*” à luz da Convenção?
5. Reparação adequada e suficiente

Ana Garcia Marques
Jurista

Serviço do Agente do Governo Português
junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Jurisprudência:

- Caso *Silva Torrado c. Portugal*, acórdão de 22 de maio de 2003, queixa nº 65305/01 *;
- Caso *Paulino Tomás c. Portugal*, acórdão de 22 de maio de 2003, queixa nº 58698/00;
- Acórdão Tribunal Central Administrativo do Norte, de 30 de março de 2006, processo 00005/04.2BEPRT **;
- Acórdão de Supremo Tribunal Administrativo de 28 de novembro de 2007, processo 0308/07, relator Juiz Conselheiro Políbio Henriques **;

- Caso *Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal*, acórdão de 10 de junho de 2008, queixa nº 33729/06 *;
- Caso *Kudła c. Polónia* [GC], acórdão de 26 de outubro de 2000, queixa nº 30210/96;
- Caso *Scordino c. Itália* [GC], acórdão de 29 de março de 2006, queixa nº 36813/97;
- Caso *Delle Cave e Corrado c. Itália*, acórdão de 5 de junho de 2007, queixa nº 14626/03;
- Caso *Boniface c. França*, decisão de 25 de maio de 2010, queixa nº 28785/09.
- Caso *Sociedade de Construções Martins & Vieira, Lda. e Outros c. Portugal*, Decisão de 10 de maio de 2012, queixa nº 57062/08;
- Caso *Ferreira da Silva Brito e Outros c. Portugal*, acórdão de 22 de maio de 2012, queixa nº 46273/09;
- Caso *Sociedade de Construções Martins & Castro, Lda. e Outros c. Portugal* (nº 4), acórdão de 31 de maio de 2012, queixas nºs 58103/08 e 58158/08.

Os acórdãos e decisões proferidos pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem referentes a Portugal encontram-se disponíveis *online* na página do Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC), no campo dedicado aos Direitos Humanos: www.gddc.pt.

Estes e outros acórdãos e decisões podem também ser consultados na página do TEDH, base de dados HUDOC, www.echr.coe.int/ECHR/FR/hudoc

* Estes acórdãos encontram-se traduzidos em português e estão disponíveis na página do GDDC.

** Estes acórdãos encontram-se disponíveis *online* no sítio www.dgsi.pt